Revista Multidisciplinar do Nordeste Mineiro, v.12, 2024
ISSN 2178-6925

IMPACTOS PSICOLÓGICOS DO ABUSO SEXUAL INFANTIL NA FASE ADULTA

PSYCHOLOGICAL IMPACTS OF CHILD SEXUAL ABUSE IN ADULTHOOD

Caroline Ribeiro Lopes
E-mail: Caroline.ribeirolopes2001@gmail.com
Acadêmica do curso de Psicologia da Alfaunipac - Teófilo Otoni/MG

Lorrany Sousa Silva
E-mail:Lorrany_ss@icloud.com
Acadêmica do curso de Psicologia da Alfaunipac - Teófilo Otoni/MG

Thiago Soares Ribeiro
E-mail: psicotsr@gmail.com
Especialista em Psicologia Existencial, Fenomenologia e Gestalt-terapia, formação clínica em psicoterapia Fenomenológico-Existencial, supervisor clínico grupal do método fenomenológico, Professor de Psicologia da Alfaunipac - Teófilo Otoni/MG

Resumo

O abuso sexual infantil é um problema de saúde pública com consequências graves e duradouras na vida das vítimas. Este estudo tem como objetivo analisar os impactos psicológicos do abuso sexual na infância e como esses efeitos podem se manifestar na fase adulta. Para tal fim, realizou-se pesquisa bibliográfica, foram investigadas as prevalências do abuso sexual infantil, suas consequências emocionais e psicológicas, e as estratégias de apoio às vítimas, com foco nas intervenções psicoterapêuticas. Constatou-se que o abuso sexual pode gerar uma série de transtornos psicológicos, como o Transtorno de Estresse Pós-Traumático (TEPT), depressão e ansiedade, que podem perdurar por toda a vida, além de influenciar negativamente nas relações interpessoais e na autoimagem da vítima. A psicoterapia se apresenta como um importante recurso para auxiliar as vítimas a ressignificarem suas experiências traumáticas e retomarem uma vida plena. A necessidade de políticas públicas eficazes e apoio psicossocial contínuo para essas vítimas também é abordada.

Palavras-chave: Abuso sexual infantil; Saúde mental; Transtornos psicológicos; Intervenções psicoterapêuticas.

Abstract :

Child sexual abuse is a public health problem with serious and long-lasting consequences in the lives of victims. This study aims to analyze the psychological impacts of sexual abuse in childhood and how these effects can manifest themselves in adulthood. To this end, a bibliographic research was carried out, the prevalence of child sexual abuse, its emotional and psychological consequences, and the strategies to support the victims were investigated, with a focus on psychotherapeutic interventions. It was found that sexual abuse can generate a series of psychological disorders, such as Post-Traumatic Stress Disorder (PTSD), depression and anxiety, which can last throughout life, in addition to negatively influencing interpersonal relationships and the victim's self-image. Psychotherapy presents itself as an important resource to help victims reframe their traumatic experiences and resume a full life. The need for effective public policies and ongoing psychosocial support for these victims is also addressed.

Keyword: Child sexual abuse; Mental health; Psychological disorders; Psychotherapeutic interventions.

1 Introdução

O abuso sexual infantil é um tema considerado como um problema de saúde pública, devido à elevada incidência epidemiológica, de acordo com o Ministério dos Direitos Humanos e da Cidadania (2023) os canais de atendimento do Disque 100 registraram mais de 17,5 mil violações sexuais contra crianças e adolescentes nos quatro primeiros meses de 2023. Nos quatro primeiros meses de 2022, foram registradas 6,4 mil denúncias e 10,4 mil violações sexuais contra crianças e adolescentes, com casos de exploração sexual, abuso, estupro e violências psíquicas.

Ainda assim suas consequências a longo prazo não são discutidas com a relevância necessária, este fenômeno insidioso, que transcende fronteiras geográficas e culturais, deixa cicatrizes profundas e duradouras na psique das vítimas. À medida

que crianças inocentes são submetidas a uma violação de confiança e intimidade, os efeitos nefastos ecoam em suas vidas muito além da infância.

Embora as feridas físicas possam cicatrizar, os danos psicológicos muitas vezes persistem, lançando uma sombra sobre a saúde mental e emocional dos sobreviventes, os abusos durante a infância ajudam a construir crenças centrais, limitantes e negativas, principalmente porque uma criança não consegue julgar como boas ou ruins as situações vividas anteriormente, embora fiquem guardadas na memória, tudo isso contribui para que algumas consequências acompanhem os indivíduos por muitos anos.

Desta maneira, justificamos a importância de elaborar através deste trabalho, algumas ponderações e investigações referentes as experiências do abuso sexual infantil e suas consequências para a vida adulta. Espera-se que através do mesmo, se ampliem as bases de compreensão sobre este fenômeno, possibilitando refletir sobre a importância das políticas públicas para esses sujeitos e visando contribuir para elaboração de estratégias psicoterapêuticas

2 Metodologia

Para esta investigação, foi realizado um levantamento bibliográfico focado em temas relacionados ao abuso sexual infantil, incluindo suas dimensões intrafamiliares, o silenciamento associado a esses abusos e suas consequências psicológicas. A pesquisa foi conduzida principalmente nas plataformas SciELO e Google Scholar, priorizando publicações em português entre 2019 e 2024, com ênfase em fontes mais recentes. Além de artigos acadêmicos, foram incluídos livros, monografias e dissertações que dialogam com o tema.

Os critérios de seleção envolveram a análise de títulos, resumos e, posteriormente, a leitura completa dos textos. Após a seleção, foi realizada uma leitura analítica para sistematizar as informações e identificar discussões relevantes. A revisão narrativa foi organizada em três seções principais: 1) Prevalência do abuso sexual na infância; 2) Possíveis impactos psicológicos; e 3) Estratégia de apoio a vítima, com foco nas contribuições da Psicologia**.**

3 Revisão de Literatura

Nesta seção apresentamos sobre a prevalência do abuso sexual infantil no Brasil, os possíveis impactos psicológicos que as vitimas do abuso podem sofrer, estratégias de apoio e recuperação para as vitimas e a contribuição da Psicologia.

3.1 Prevalência do abuso sexual infantil no Brasil

Para a Organização Mundial de Saúde (OMS), a violência infantil é caracterizada pelo:

> Uso intencional da força física ou do poder, real ou em ameaça, contra si próprio, contra outra pessoa, ou contra grupo ou uma comunidade, que resulte ou tenha a possibilidade de resultar em lesão, morte, dano psicológico, deficiência de desenvolvimento ou privação (OMS, 2002, s/p)

De acordo com o boletim epidemiológico divulgado pelo Ministério da Saúde do Brasil (2023) aponta que 202.948 casos de violência sexual contra crianças e adolescentes foram notificados em sete anos, de 2015 a 2021. São quase 80 casos por dia no período.

Mais uma vez, conforme divulgado pelo Ministério da Saúde do Brasil (2023) a maior parte dos casos envolvem suspeitas de crimes contra crianças e adolescentes: foram mais 26 mil casos. Comparando os dados referentes ao período de 16 a 22 de fevereiro de 2023 ao mesmo período carnavalesco de 2024, observou-se um aumento de 30% no total do número de violações contra o público infantojuvenil. Já as denúncias recebidas durante o mesmo recorte de dias chegaram a 4.712, 32% a mais do que no carnaval de 2023.

Sanchez, Vargas e Melendez (2020), lembram que a violência sexual sempre vem acompanhada da psicológica, levando as crianças ao desrespeito, rejeição, discriminação, depreciação e cobranças exacerbadas e a castigos degradantes, ocasionando agravo à autoestima, ao desenvolvimento da criança e sua identidade.

Skinner (2018) ressalta ainda que, geralmente, a violência psicológica é determinada por meio de olhares ou gestos, palavras e, ainda, violências físicas e sexuais. Isso gera danos na saúde mental, demonstrando ações de agressão sexual infantil, inibindo sua reação perante tal violação, escondendo os machucados e

ferimentos das ações violentas, sendo ameaçada e chantageada para não relatar sobre a violência sofrida.

Sanchez, Vargas e Melendez (2020) definem a violência intrafamiliar como toda ação ou omissão que danifique a integridade psicológica e física, a liberdade e o direito ao pleno desenvolvimento do outrem, o bem-estar. É capaz de ocorrer dentro ou fora de casa, gerada por qualquer membro familiar, incluindo pessoas que ocupam um papel de parentes, com ou sem laços sanguíneos, e em status de poder com relação à vítima.

Deste modo, as crianças se veem inseridas em um ambiente que as influencia diretamente e negativamente para a não revelação do abuso sexual, propiciando, assim, a construção de um segredo, um silêncio que pode se perpetuar ao longo da vida. É comum que muitas vezes até com um desconhecimento de que essas práticas são de fato violências, ou seja, que as crianças cresçam sem saber que foram abusadas. Assim tem- se que:

> A família, como lugar de proteção e cuidados, é, em muitos casos, um mito. Muitas crianças e adolescentes sofrem ali suas primeiras experiências de violência: a negligência, os maus-tratos, a violência psicológica, a agressão física, o abuso sexual. As pesquisas demonstram que, no interior da família, a principal vítima da violência física é o menino e, do abuso sexual, a menina. O pai biológico constituísse no principal agressor (BOCK; FURTADO; TEIXEIRA, 1999, p. 336)

Percebemos que mesmo a criança sendo um sujeito dotado de direitos (como consta no Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA, 1990), documento no qual estão colocadas as descrições dos atos criminosos do espectro do abuso sexual contra a criança), existem lacunas e certa distância entre a letra da lei e a garantia destes direitos, bem como sua efetivação, pois há processos de silenciamento, algo que dificulta o acesso a rede de prevenção e de proteção, enquanto promoção de políticas públicas e sociais.

3.2 Impactos psicológicos do abuso sexual infantil

Ainda que uma criança não apresente sinais visíveis ou pareça pouco afetada, isso não significa que ela não sofra ou que os efeitos dessa experiência negativa não causem danos. A vítima de abuso sexual pode passar por um sofrimento emocional profundo. Além disso, as consequências desse abuso podem permanecer ocultas e se manifestar mais tarde, em resposta a uma crise de desenvolvimento ou a situações de estresse.

O abuso sexual pode gerar consequências variadas, ainda na infância pode-se observar pelos indicadores comportamentais: perda de apetite, rejeição do pai ou da mãe, mudanças bruscas, manifestações de resistência ao se despir, dificuldades para sentar e manterem relações sociais, problemas escolares, fantasias e comportamentos regressivos, evitar o contato físico ou apresentar comportamentos sedutores, além de conhecimentos precoces e inadequados para a idade da criança sobre sexualidade.

As consequências da violência sexual na infância ou na fase adulta podem se manifestar através da tristeza constante, sentimento de culpa, medo exagerado principalmente quando se trata de adultos do mesmo sexo do abusador, comportamento sexual avançado para idade, tiques ou manias, masturbação frequente e descontrolada, enurese ou encoprese e baixa autoestima (PFEIFFER; SALVAGNI, 2005). Continuando com o mesmo autor, o abuso sexual pode desencadear sintomas posteriores, como ansiedade, depressão, ideação suicida, culpa, fobias, distúrbios do sono, transtornos alimentares, transtorno dissociativo de identidade, também conhecido como transtorno de personalidade múltipla, e comportamento autodestrutivo.

Vítimas de abuso sexual podem desenvolver uma variedade de transtornos psicológicos, de acordo com o DSM-5-TR Associação Americana de Psiquiatria. (2022), Manual Diagnóstico e Estatístico de Transtornos Mentais (5ª ed., texto rev.), alguns dos transtornos mais comuns incluem: Transtorno de Estresse Pós-Traumático (TEPT); Transtorno de Ansiedade; Depressão; Transtorno Dissociativo; Transtorno de Personalidade e Transtornos Alimentares

Souza e Sabino (2021) trouxeram a sua contribuição sobre os sintomas de TEPT em vítimas de violência sexual, de acordo com as autoras, o TEPT pode ser desencadeado em decorrência de episódios de violência sexual infantil, agressão física ou após a exposição a um ou mais eventos traumáticos, e está associado a alterações no desenvolvimento emocional, ligadas ao estresse, com a presença de déficits cognitivos, os sintomas mais comuns são flashbacks, a pessoa pode reviver o evento traumático, pesadelos relacionados ao trauma, pensamentos intrusivos sobre a experiência, evitar lembranças, lugares ou pessoas que lembram o trauma, dificuldade em lembrar detalhes do evento, sentimentos de despersonalização ou desrealização, problemas de concentração e memória, hipervigilância e resposta exagerada a estímulos, e insônia.

A ansiedade generalizada, fobias e ataques de pânico podem surgir como consequência do trauma, pois a pessoa pode desenvolver medo intenso e preocupação constante em relação à segurança. Sentimentos de tristeza profunda, perda de interesse em atividades e baixa autoestima são comuns. O abuso pode afetar a forma como a vítima se vê e se relaciona com os outros. Algumas vítimas também podem experimentar a despersonalização ou desrealização, como uma forma de lidar com o trauma, levando à desconexão de pensamentos e sentimentos. Em casos de trauma prolongado, podem desenvolver traços de personalidade que afetam suas relações e comportamentos.

Esses transtornos podem ser decorrentes do impacto emocional e psicológico profundo do abuso, que afeta a percepção de si mesmo, o relacionamento com os outros e a capacidade de lidar com o estresse.

3.3 Estratégias de apoio e recuperação para as vítimas

No Brasil, as políticas de proteção e atendimento a crianças e adolescentes foram sedimentadas pela lei número 8.069, de 13 de julho de 1990, conhecida como Estatuto da Criança e do Adolescente - ECA (Brasil, 1990a). Em seu quinto artigo, o ECA determina que "nenhuma criança ou adolescente será objeto de qualquer forma de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão, punido na forma da lei qualquer atentado, por ação ou omissão, aos seus direitos fundamentais", sendo "dever de todos prevenir a ocorrência de ameaça ou violação dos direitos da criança e do adolescente" (artigo 70). Quando há violação desses direitos é

necessário comunicar a autoridade competente para que as medidas de proteção sejam adotadas.

Os serviços de atendimento às situações de violência sexual no Brasil estão inclusos no Sistema Único de Assistência Social (SUAS). Esse é organizado pela Política Nacional de Assistência Social - PNAS (Brasil, 2004a), a qual é baseada na Lei Orgânica da Assistência Social - LOAS (Brasil, 1993) e coordenada pelo Ministério do Bem-Estar Social. Essa lei estabelece normas e critérios para organização da assistência social.

A proteção social básica visa prevenir situações de risco por meio do desenvolvimento de potencialidades e aquisições, bem como o fortalecimento de vínculos familiares e comunitários, tendo como principal representante, mas não único, os Centros de Referência em Assistência Social (CRAS).

Destina-se a famílias e indivíduos que se encontram em situação de risco pessoal e social por ocorrência de abandono, maus tratos físicos e/ou psíquicos, violência sexual, uso de substâncias psicoativas, cumprimento de medidas socioeducativas, situação de rua, situação de trabalho infantil, dentre outras. Os serviços da proteção social especial devem abranger desde o provimento de acesso a serviços de apoio e sobrevivência até sua inclusão em redes sociais de atendimento e de solidariedade (Brasil, 2004a).

Sendo assim, crianças e adolescentes vítimas de violência sexual devem ser atendidas em serviços de proteção social especial tendo em vista a ocorrência de violação de direitos.

A análise das referências para atuação de psicólogos no serviço de proteção social a crianças e adolescentes vítimas de violência sexual publicadas pelo Conselho Federal de Psicologia (CFP, 2009**)** indica que esse profissional deve oferecer atendimento psicossocial às vítimas e suas famílias estando, assim, em consonância com as diretrizes do SUAS.

Os psicólogos que atuam na rede de atendimento a crianças e adolescentes vítimas de violência sexual devem estar capacitados para oferecer psicoterapia de acordo com as diretrizes da OMS.

Os psicólogos podem fazer intervenções para fortalecer o papel protetivo da família, para melhorar as relações familiares, reduzir o sentimento de estigmatização e culpa das vítimas e promover a reinserção social das crianças e adolescentes, a reestruturação da memória traumática, redução de sintomas psicopatológicos, resolução de problemas decorrentes da violência sexual, melhora da autoestima e aprendizagem de comportamentos protetivos podem ser objetivos do atendimento psicoterápico. Dessa forma, psicólogos de SUAS e SUS tem intervenções complementares que efetivamente contribuem para redução do impacto da violência sexual.

4. Discussão:

O abuso sexual infantil é um grave problema de saúde pública, como evidenciado pelos alarmantes dados do Ministério dos Direitos Humanos e da Cidadania (2023). A elevação significativa no número de denúncias, de 6,4 mil em 2022 para mais de 17,5 mil em 2023, ressalta a necessidade urgente de atenção e intervenção. Embora as consequências físicas do abuso possam eventualmente cicatrizar, as cicatrizes emocionais e psicológicas frequentemente persistem por toda a vida, impactando o bem-estar e a qualidade de vida das vítimas.

As evidências científicas demonstram que as experiências traumáticas na infância não só afetam o desenvolvimento emocional, mas também podem resultar em uma série de transtornos psicológicos na vida adulta, incluindo TEPT, depressão, e transtornos de ansiedade. A literatura destaca que esses transtornos não se manifestam apenas imediatamente após o trauma, mas podem surgir posteriormente, especialmente em situações de estresse ou crise. Isso indica a importância de um acompanhamento contínuo e de intervenções precoces.

Os impactos do abuso sexual vão além do sofrimento imediato, englobando a formação de crenças centrais prejudiciais e um senso distorcido de autoimagem, o que pode levar a comportamentos autodestrutivos e dificuldades nas relações

interpessoais. A cultura do silêncio e a falta de reconhecimento do abuso como uma violação podem perpetuar o sofrimento, dificultando o acesso à ajuda e ao suporte necessário.

As políticas públicas, representadas pelo ECA e pelo Sistema Único de Assistência Social (SUAS), são cruciais para proteger os direitos das crianças e adolescentes. No entanto, há uma lacuna entre a legislação e a efetivação desses direitos, frequentemente resultando em um cenário onde as vítimas não recebem a proteção e o suporte de que precisam.

Em termos de estratégias de apoio, a atuação de psicólogos é fundamental. A psicoterapia pode ajudar a reestruturar a memória traumática, reduzir sintomas psicopatológicos e promover a reinserção social. A capacitação dos profissionais de saúde mental para lidar com essas questões é essencial, assim como a integração dos serviços de saúde e assistência social.

5. Conclusão

A análise dos impactos do abuso sexual infantil revela a complexidade desse fenômeno e a necessidade de uma abordagem multidisciplinar que englobe aspectos legais, sociais e psicológicos. A promoção de políticas públicas eficazes e a implementação de intervenções psicoterapêuticas são passos essenciais para mitigar os efeitos duradouros do abuso e garantir que as vítimas tenham acesso a uma vida saudável e plena. É crucial que a sociedade como um todo reconheça a gravidade do abuso sexual infantil e trabalhe em conjunto para erradicá-lo e apoiar suas vítimas.

Referências

AGUIAR, Gabriel Galvão et al. **Repercussões psicológicas de adultos que sofreram abuso sexual na infância.** Journal of Health & Biological Sciences, v. 12, n. 1, p. 1-13, 2024.

BRASIL. Escuta Especializada. **Glossário da violência sexual contra crianças e adolescentes.** Disponível em: https://escutaespecializada.com.br/artigos/glossario-da-violencia-sexual-contra-criancas-e-adolescentes/. Acesso em 23 out. 2024.

BRASIL. Ministério da Saúde. **Novo boletim epidemiológico aponta casos de violência sexual contra crianças e adolescentes no Brasil**. 2023. Disponível em: https://www.gov.br/saude/pt-br/assuntos/noticias/2023/maio/novo-boletim-epidemiologico-aponta-casos-de-violencia-sexual-contra-criancas-e-adolescentes-no-brasil. Acesso em 23 out.2024.

DA COSTA SOUZA, Vitória Cristina; SABINO, Alini Daniéli Viana. **Transtorno de estresse pós traumático em crianças e adolescentes vítimas de violência sexual: uma revisão não sistemática da literatura**. Revista Científica Unilago, v. 1, n. 1, 2021.

DA SILVA, Ana Paula Jesus; DE OLIVEIRA, Aislan José; DOS SANTOS, Fernanda Ellen. **Impacto na saúde mental de crianças vítimas de abuso sexual**. Diaphora, v. 10, n. 3, p. 39-44, 2021.

HOHENDORFF, Jean von; HABIGZANGE, Luísa Fernanda; KOLLER, Silvia Helena. **Psicoterapia para crianças e adolescentes vítimas de violência sexual no sistema público: panorama e alternativas de atendimento**. Psicologia: Teoria e Prática, 2014. Disponível em: https://www.scielo.br/j/pcp/a/b4vCgGBdHqn3MdSbxkVmXzD/. Acesso em 23. out.2024.

PFEIFFER, Luci; SALVAGNI, Edila Pizzato. **Visão atual do abuso sexual na infância e adolescência**. Jornal de pediatria, v. 81, p. s197-s204, 2005.

PLATT, Vanessa Borges; BACK, Isabela de Carlos; HAUSCHILD, Daniela Barbieri; GUEDERT, Jucélia Maria. **Violência sexual contra crianças: autores, vítimas e consequências.** Ciência & Saúde Coletiva, p. 1-13, 2016. Disponível em: https://www.scielo.br/j/csc/a/hTR8wBZKQNrYLm4HB6p849c/?format=pdf&lang=pt. Acesso em 23. out.2024

ROSA, Jéssica Kellen Dias; DE OLIVEIRA BIAZOTTO, Sibele Letícia Rodrigues. **Levantamento de abuso sexual intrafamiliar no Tocantins nos anos de 2018 a 2022.** Revista JRG de Estudos Acadêmicos, v. 7, n. 14, p. e141178-e141178, 2024.

SANTOS, Nágila Batista Lúcio; CURY, Daniel Gonçalves; NEVES, Anamaria Silva; HAYECK, Cynara Marques. **A violência sexual contra a criança e o adolescente: ressignificações na leitura do trabalho institucional**. In: XIV ENCONTRO NACIONAL DA ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE PSICOLOGIA SOCIAL – ABRAPSO, 2007, Rio de Janeiro. Anais [...]. Rio de Janeiro: ABRAPSO, 2007. Disponível em: https://www.abrapso.org.br/siteprincipal/anexos/AnaisXIVENA/conteudo/pdf/trab_completo_185.pdf. Acesso em 22. out. 2024.

SANTOS, Samara Silva dos; DELL'AGLIO, Débora Dalbosco. **Quando o silêncio é rompido: o processo de revelação e notificação de abuso sexual infantil.** Psicologia & Sociedade, v. 22, p. 328-335, 2010.

SANTOS, Tatiana José Pereira dos. **Abuso Sexual na Infância e Psicopatologia no Adulto**. 2020. Dissertação de Mestrado.

SILVA, Ana Paula Jesus; DE OLIVEIRA, Aislan José; DOS SANTOS, Fernanda Ellen. **Impacto na saúde mental de crianças vítimas de abuso sexual.** Diaphora, v. 10, n. 3, p. 39-44, 2021.